



# VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

## ESCRavidÃO, JUSTIÇA E VIOLÊNCIA: UM OLHAR SOBRE OS DISCURSOS ACERCA DA ESCRavidÃO NO PIAUÍ

Débora Laianny Cardoso Soares\*

Na historiografia piauiense encontramos a discussão sobre a relação violência e escravidão, sob a luz das discussões que giravam em torno de uma face de um sistema escravista nacional a historiografia regional sofreu influências no seu modo de perceber as relações escravistas, com ênfase em uma característica peculiar que pontua através do paradigma da utilização da mão-de-obra escravizada na principal fonte de riqueza senhorial e dos cofres da Tesouraria da Fazenda, a pecuária. A produção teórica sobre as relações escravistas no Piauí encontra reforço nos discursos políticos coevos. Grande parte dos Presidentes de Província do Piauí da segunda metade do século XIX tendiam a oporem-se a mão-de-obra escravizada, alegando sua inutilidade diante da secular produção pastoril extensiva.

Na década de oitenta dos Oitocentos foi difundida a idéia de que a escravidão era um mal que implicava no atraso moral e econômico da Província. Segundo o presidente Manoel José Menezes Prado

A escravidão é um grande embaraço ao progresso moral e intelectual de sua população, na qual vão insensivelmente inoculando seus vícios

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil - Universidade Federal do Piauí.  
debora.lcs@bol.com.br

e defeitos. O Piauí pouco terá a sofrer com a extinção da escravidão, que, além de diminuta, não se acha identificada aqui como em outras províncias, nas quais predomina a indústria agrícola, com o desenvolvimento de sua principal indústria, a criação de gado. (PIAUI, 1886)

O criatório era exaltado pela presença de homens tenazes e em geral livres, tornando-se desnecessária a incorporação de elevado número de trabalhadores escravizados nesse processo produtivo. Esse pensamento embora não sendo unanimidade no meio político, foi absorvido pela historiografia como verdadeiro e reproduzido com vigor, sendo o historiador Odilon Nunes (NUNES, 2007) seu principal expoente. A obra referida do autor *Pesquisas para a História do Piauí* apresenta a leitura do uso restrito de escravizados e de uma escravidão afável e paterna, principalmente nas fazendas nacionais, onde a fiscalização era displicente e os escravos viviam em uma espécie de “oásis” dentro do sistema escravocrata.

O pesquisador Luiz Mott (MOTT, 1985) faz um contraponto a idéia que chama de “fantasiosa”, de que no sertão pecuarista o trabalho escravizado foi escasso. Para Mott apesar de existirem espaços para a mão-de-obra livre e indígena, foi mais constante e importante a presença do trabalho do negro nas fazendas de gado. Lançando mão de dados estatísticos do final do século XVII ao XIX, o autor contesta a tese da incompatibilidade do escravizado e pastoreio e demonstra que o cativo negro foi figura presente e marcante nos sertões; como também desfaz a idéia de absenteísmo. Considera inegável que no princípio era real a ausência de senhores vivendo nessas fazendas existentes no interior do país por diversos fatores, dentre eles o difícil acesso e comunicação. Com o aumento de moradores nessas localidades pode-se observar que o padrão ausente foi se tornando exceção e não mais a regra como no início do século XVII. Sobre os tratos para com a escravaria, ressalta um tratamento menos opressivo do que em outras áreas produtivas, onde “parece que as condições e relações de trabalho, assim como as perspectivas de alforria eram muito melhores na zona pecuária do que nos engenhos de açúcar.” (MOTT, 1985:85)

Superada a idéia de ausência de escravizados na Província e na principal produção econômica, a discussão ganha novos rumos e parte para o estudo de um cotidiano rural e do mundo do trabalho. O pensamento de diferenciação de condições de

trabalho e de sobrevivência dos escravizados se fortalece em *Escravos do sertão* de Miridam Falci (FALCI, 1995), quando se aprofunda na análise dos escravizados que permanecia na tutela pública, dos escravizados que estavam sobre o poder privado e das relações entre livres e escravizados nos mais diversos meios produtivos. Entretanto, a autora parte da coexistência do trabalho livre e escravizado como uma característica peculiar do Piauí para apresentar uma visão de *compadrio* entre senhores e escravizados, reforçando assim o consenso e a contratualidade para além do espaço de produção. A proximidade entre classes, segundo a historiadora, se reproduz também no espaço privado.

Acreditamos que o apadrinhamento por pessoas livres não foi um ato de vontade única do escravo ou escrava que batizava o filho. Deve ter havido interesse da parte do senhor e do escravo na escolha do padrinho e em caso de divergência predominaria escolhido pelo senhor. Ser padrinho significava dar roupa para a mãe e a criança, comprometer-se com a orientação daquele ser, protegê-lo, comparecer ao ato do batismo demonstrando uma inegável capacidade de estar juntos aos negros sentindo a sua proximidade, coisas tão indesejáveis numa sociedade escravista. Se os batizados dos livres eram feitos em primeiro lugar, seguidos daqueles dos escravos como nos apontam os registros, esses mesmos livros nos assinalam que no mesmo dia se davam os batizados de filhos de senhores e de escravos daquele senhor, demonstrando naquela cerimônia uma unidade entre os dois grupos. (FALCI, 1995:104)

3

Os apadrinhamentos de escravos pelos seus senhores ou por parentes dos senhores e o batizado, foram considerados pela autora como cerimônia de “confraternização” do grupo escravizado e da família senhorial, a ênfase na convivência dos mesmos espaços, em especial os espaços festivos, reforça a idéia do sistema ameno vivido no sertão. Esta face do escravismo piauiense encontra, ainda segundo Falci, um espaço de representação típico: as Fazendas Nacionais.<sup>1</sup> O Piauí possuía propriedades divididas em três departamentos ou inspeções - Nazaré, Piauí e Canindé. Os grilhões nestas propriedades eram percebidos como mais frouxos e os escravizados gozavam de uma jornada de trabalho menos árdua.

---

1 Fazendas deixadas pela ordem jesuíta e que foram aderidas ao patrimônio da Coroa, com a proclamação da independência à nação brasileira. Percebidas, por boa parte das obras escrita sobre o Piauí, como sendo local de pouca rigidez e fiscalização do trabalho escravizado ali existente.

Com o avanço das pesquisas em torno da servidão negra no Piauí a análise da historiadora Tanya Brandão (BRANDÃO, 1999), surge com o intuito de responder qual seria a função primordial dos escravizados piauienses, então, apresenta-os como mão-de-obra secundária nas fazendas de gado. Esta característica é justificada pela vida rústica do sertão, onde os trabalhos desenvolvidos pelos negros não estavam diretamente ligados ao processo produtivo principal - a pecuária, mas a tarefas secundárias como fabricação de telhas, tijolos, artesanatos, trabalhos domésticos, alugueis de seus serviços pelos seus senhores, na agricultura e construção civil. No criatório, o cuidado do gado nos campos e currais seria realizado, predominantemente, por vaqueiros livres. Assim, ficaria para os trabalhadores escravizados as duras e pesadas tarefas da lida nas fazendas.

Considerando a existência de uma dualidade na utilização da mão-de-obra e de formas de tratamentos, Tanya Brandão defende que a presença do escravo nesta região se deu com características distintas que no resto do país, sendo absorvida muito mais como uma demonstração de status social do que como força de trabalho atuante, apesar do ponto de vista da relação social, não fugir a regra do sistema escravista impregnado no Brasil. Apesar da referência sobre mecanismos repressores para o controle e domínio dos escravizados, a existência de dois cativeiros no Piauí, o privado e o público, levaram a autora a inferir que os trabalhadores das fazendas públicas gozavam de maiores privilégios e regalias que nas fazendas privadas.

Sobre as fazendas públicas Luiz Mott, destaca em sua pesquisa a carta de uma escravizada chamada Esperança Garcia, que escreve ao Administrador Geral:

Eu sou uma escrava de V.S. Administração do Capitão Antonio Vieira de Couto, casada. Desde que o Capitão para lá foi administrar, que me tirou da fazenda dos Algodões, onde vivia com meu marido, para ser cozinheira da sua casa, onde nela passo muito mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca, em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que caí uma vez do sobrado abaixo de peiada; por misericórdia de Deus escapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar a três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Pelo tão peço a V.S. pelo amor de Deus e do seu Valim ponha aos olhos em mim ordinando digo. Mandar a procurados que mande para a fazenda aonde ele me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha.

De V.S. sua escrava Esperança Garcia  
(MOTT, 1985:106)

A carta escrita por Esperança no século XVIII motivou muitas pesquisas, tornou-se referência para o “Dia Estadual da Consciência Negra” no Piauí. Através das mal traçadas linhas, cheias de esperança, a escravizada trouxe a tona a violência do sistema escravista. Oriunda de uma fazenda pública, Esperança Garcia ajuda a desconstruir, com a sua denúncia, a idéia da escravidão branda e benevolente. Caracterizando a vida sofrida que ela e suas “parceiras” levavam juntamente com seus filhos, e salientando seu anseio em manter a vida familiar seguindo hábitos anteriores e o cotidiano de resistência.

Seguindo a linha de pensamento em que havia diferenciações entre o trato para com os escravizados das fazendas públicas e o para com os escravizados das fazendas privadas, mas, no entanto isso não significava uma escravidão mais branda, amena ou até mesmo inexistente, Solimar Lima em *Braço Forte* (LIMA, 2005), apresenta uma análise que questiona as visões paternalistas e aponta a freqüente e violenta repressão nas fazendas.

Nas fazendas públicas estruturou-se e organizou-se uma produção escravista que desenvolvia sistematicamente atividades produtivas variadas com a finalidade principal de comercialização. A estrutura produtiva mercantil estava assentada exclusivamente no trabalho escravo, naquela o trabalhador escravizado era tão imprescindível à agricultura quanto a produção pastoril. A produção de forma dominante de mercadorias e a utilização dominante e sistêmica do trabalho escravo levaram a que uma minoria de propriedades rurais no Piauí fosse uma especificidade que, antes de indicar exceção, confirmava a regra do escravismo vigente no país. (LIMA, 2005: 152)

Contra-pondo-se aos olhares dominantes de que a fraca fiscalização e a baixa produção resultariam em escravos cômodos, desnaturaliza a idéia de que nas fazendas públicas o trabalho e as relações eram amenos. Assim, o autor compõe um cenário para a escravidão pública piauiense considerando a contribuição e a presença dos escravizados, nas mais diversas atividades desenvolvidas nas fazendas. O teor dessas relações é descrita pelo autor através das práticas de castigos violentos e através da ameaça da violência como forma de controle eficaz para manter a estabilidade das relações escravistas e os sistemas adotados nas fazendas.

A gestão do Império é marcada por denúncias realizada pelos escravos queixando-se das condutas adotadas pelos administradores tornando o controle um processo de ambos, criadores e escravos, pois aos escravos nacionais era permitido a denuncia da exploração excessiva da violência e aos criadores o dever de disciplinar e dominar. Assim o confronto era inevitável tornando esse processo em uma estratégia de manutenção da violência e da ordem. Um fato importante de controle psicológico descrita pelo autor é o “sistema de quarta” [Do total de bezerros que nascessem os vaqueiros, que nas fazendas públicas em sua maioria eram escravizados, recebiam um quarto das cabeças amansadas] que era usado para criar no trabalhador escravizado a ilusão de ser um trabalhador menos explorado, servindo como outra forma de controle e disciplina. A garantia desse benefício por parte dos trabalhadores escravizados colocava limites a exploração e assegurava a sobrevivência, pois a acumulação desses bens servia para manter a alimentação dos mesmos nas fazendas.

Nessa complexa teia de relações escravistas percebe-se uma tendência historiográfica a assinalar a predominância masculina, ficando a memória da mulher fadada ao esquecimento e sua história sobrepujada pelas conquistas corajosas e ousadas dos homens, pois a suposta fragilidade feminina não permitia que sua presença se unisse harmonicamente as paisagens rudes dos sertões e a lida nos campos. Por mais que a historiografia recente tenha fechado algumas lacunas dentro da história da escravidão no Piauí, abriu em contraponto margens para visões reducionistas do cotidiano e da condição feminina dentro do cativeiro. Recortando desse mosaico, apenas sua representação em quanto mão-de-obra secundária e pouco significativa para a produção, pois o trabalho humano “necessário” nas fazendas se limitariam ao criatório e esse por excelência seria de domínio puramente masculino.

O cotidiano da mulher negra escravizada na Província do Piauí sob o signo da escravidão, ainda está por ser (re) construído. Os estudos tendem a focalizar o tema de forma secundária e assistemática. As referências parciais sobre as mulheres escravizadas aparecem em obras que tratam de temas mais amplos e com o foco na produção realizada pelo trabalho humano, em regra, predominantemente masculino. O trabalho da mulher negra, especialmente a escravizada, se enquadraria, com maior propriedade, na produção agrícola de subsistência e nos serviços domésticos.

A escravaria da província piauiense era constituída, em maior parte, por cativas crioulas e por uma significativa presença de trabalhadoras consideradas “velhas” e de crianças. Em geral, viviam em condições precárias, com alimentação pouco diversificada, onde predominava o consumo de farinha de mandioca e carne seca, com rara ingestão de milho e feijão. As moradias eram precárias, feitas de pau-a-pique, revestidas de barro, chão batido e coberta por palhas, não havendo janelas, sendo mantido sempre um fogareiro acesso para espantar mosquitos e outros bichos nocivos (SPIX,1938). As trabalhadoras andavam comumente descalças e mal vestidas. As vestimentas para as escravizadas eram entregues, uma ou duas vezes por ano, uma saia e uma blusa de tecido rústico de algodão. Nas fazendas públicas, em regra, os tecidos eram fabricados pelas próprias trabalhadoras.(LIMA,2005)

Nos sertões, as especializações entre a população cativa eram raras, pois, em regra, dependiam de fatores como o interesse por parte do senhor, dedicação do escravizado ao ofício a ser aprendido e aptidão. Muitas das mulheres escravizadas existentes na província do Piauí aprenderam logo nos primeiros anos as habilidades com os teares.(FALCI,1991) Em geral, o trabalho de fiar e tecer inseria no mundo dos trabalhos as pequenas meninas ao lado das fiandeiras mais “velhas” ocupando-as durante boa parte do processo produtivo.

Fiar e tecer foram ocupações predominantes apenas para as trabalhadoras fisicamente inaptas para as outras tarefas, por serem jovens demais ou envelhecidas ou estarem “doentes para o serviço”. É provável que algumas doenças, como “aleijões na mão”, “problemas na vista” e cegueira adviesse m do uso continuado de rodas e teares, quase sempre á noite e com pouca iluminação. (LIMA, 2005. p. 70)

Nas fazendas públicas, por exemplo, devido a transferência de escravizados adultos para outras regiões, o trabalho nos roçados tornou-se uma atividade quase que exclusivamente feminina. O contingente de mulheres, crianças e velhos se fazia cada vez maior ao longo do século XIX, tornando a mulher à “peça” principal para desempenhar os todas as tarefas e serviços dentro das fazendas. Auxiliadas por ferramentas, quase sempre em péssimo estado de conservação, as trabalhadoras auxiliavam na limpeza do solo, semeavam e colhiam; entre os produtos estavam em maior importância a mandioca, o milho e o feijão.

Nas fazendas a força de trabalho feminina não estava voltada apenas para os roçados e teares. Na pecuária, embora pensada como ambiente exclusivo do trabalho masculino, a presença de mulheres foi significativa. Para manter e garantir pastos verdejantes para a criação do gado, as mulheres ao lado dos homens, enveredavam pelas matas virgens do sertão abrindo novos caminhos para a pastagem e a procura de maiores reservas de água. A construção de cercas e currais era tarefa realizada por homens e mulheres, construída de diferentes materiais e com diversas formas. Para os currais era levado o gado para cuidados especiais, para desmama, para serem ferrados e reunidos para venda. Segundo, Lima “o trabalho das mulheres no criatório ia além da montagem e manutenção da infra-estrutura indispensável ao pastoreio. As afrodescendentes foram curraleiras e amansadoras de animais” (LIMA, 2005:82)

Em 1762, um documento escrito por Antonio José de Moraes Durão, Ouvidor da Capitania (MOTT,1985), descreve os habitantes das poucas localidades e freguesias como possuidores de um caráter violento e agressivo, sendo a alguns atribuídos a denominação de vadios, preguiçosos e malfeitores. O seu relato ressalta a idéia de um povo que tinha como uma de suas características marcantes a relutância ao trabalho, em especial o trabalho agrícola que necessitava de maiores manejos. Na visão do Ouvidor, a formação da sociedade piauiense, já na segunda metade do século XVIII, seria marcada por uma índole desviante das normas e carente de polidez.

A leitura do caráter violento da sociedade piauiense é contextualizada pela historiadora Tanya Brandão.

De acordo com as fontes históricas, durante os séculos XVII e XVIII, distinguiu-se a sociedade por seu aspecto violento. É evidente que a agressividade da população resultou do processo colonizador. Na primeira fase, quando se iniciou o povoamento da região, foi exigido dos conquistadores, não apenas espírito aventureiro, mas a coragem e a audácia suficientes para dominar a natureza hostil, afugentar o índio bravo, relutante e acostumar a gadaria aos novos pastos. A própria luta pela sobrevivência e garantia de terra conquistada teve caráter violento. (BRANDÃO, 1999:89)

A violência no cotidiano piauiense inicia-se, como visto, na conquista do território. As práticas violentas voltaram-se, sobretudo ao elemento nativo e ao processo de escravização desta população que resistência ao processo de ocupação das terras e a submissão ao trabalho feitorizado. A experiência reproduziu-se como o



mesmo vigor no trato com os negros escravizados nos séculos seguintes. Os anúncios relativos a fuga de trabalhadores delineiam a existência cotidiana da relação entre senhor e escravizados.

Em 1848 fugiu uma mulata de nome Maria Isabel, idade de 40 anos pouco mais ou menos, dos sinais abaixo declarados, e conduzindo consigo uma cabrinha, com 6 meses pouco mais ou menos, ainda pagã, tendo esta uma cabeça grande, olhos grandes e arregalados, nariz chato. Os sinais da mulata são os seguintes: cabelos crespos, um tanto miúda, testa estreita, porém com as entradas largas, as pontas das orelhas grossas e um tanto desapregadas, olhos pequenos e fundos, maçãs altas, nariz pequeno e grosso, beijos grossos e arroxeados, boca regular, pescoço curto e fino para o corpo (é gorda), cangote pelado. Nas costas abaixo do talho da camisa tem um pequeno sinal de relho. Sobre um dos peitos tem dois sinais: um redondo, de fogo, outro comprido sendo este de relho. Numa das mãos o dedo fura bolo tem uma rachada ao comprido. A dentadura de cima quase toda podre. E com falta de alguns dentes. As pernas grossas e até juntas. Pés grandes e chatos. Os dedos grandes dos pés são menores que os companheiros. E se já não apagaram, terá alguns sinais de relho nas nádegas. Para o tempo, pode ter mais alguma cria. É também tecelona e rendeira. (CHAVES, 1994:191)

Os permanentes conflitos resultavam, quase sempre, em marcas corporais e castigos que serviam como elementos significantes para a descrição e para a identificação dos cativos fugidos. (LIMA, 2005) Serviam igualmente para visibilizar o teor das relações senhor/escravo, onde os tratamentos “disciplinares” não eram simplesmente para ensinar, mas para atenuar as diferenças e as tensões sociais. As fugas, individuais ou em pequenos grupos, foi a forma mais comum de resistência no Piauí, sendo, em geral, motivados por maus tratos. As fugas demonstravam, no cotidiano, a luta contra o regime escravista e o desejo, de conquista da liberdade.

Nos relatórios presidenciais da segunda metade do século XIX, as primeiras páginas eram destinadas as pautas da Tranqüilidade Pública e Segurança Individual e de Propriedade, confirmando-nos a intenção do Estado em afirmar categoricamente qual era a preocupação maior do poder público naquele momento. Bastante atenuadas entre os balanços de gestão, figuravam as desordens e alguns casos que recebiam destaque como “Fatos Notáveis”, normalmente crimes considerados hediondo trazidos à público para que o horror e o poder público de ação repressora fossem demarcados. Das práticas de violência e crimes cometidos contra os cativos quase nada se publicou em relatórios

presidenciais, entretanto, as ações cometidas pelos escravizados era detalhadas como um recurso de demonstração do malefício que a escravidão trazia ao Brasil.

Contudo, o discurso de “fato notável” não se mantém quando uma suposta tragédia se abate sobre uma família escravizada. Fatos quando ocorridos são prontamente solucionados pelo poder estatal, chegando mesmo a serem considerados não perturbadores da ordem.

Não me consta que tenha havido em ponto algum da Província a menor alteração da ordem e tranqüilidade pública. No termo de Jaicos Luiza, escrava de Victalino da Costa Velozo, tendo lançado em um açude dois filhos seus, que sucumbirão, tentou suicidar-se com um golpe no pescoço, mas já estava fora de perigo de vida, presa, e processada. (PIAÚÍ, 1860)

Se o fato mereceu destaque dentro daquela sociedade, foi pelo suposto grau de desamor da mãe para com os filhos, que os atira em um açude, renegando-os a vida que ela própria havia dado. Atentando contra sua própria vida logo após cometer os “crimes”. A ação de Luiza contrariava socialmente a educação cristã, onde ser batizado e ser inserido na prática da religiosidade católica eram formas de modelar o escravizado a seguir os ditames da ordem escravista. (FALCI, 1995) Presumimos que o ato cometido denota consciência, vez que atentar contra a própria vida e de seus filhos era um “pecado” certamente conhecido pela escravizada e imperdoável para a religião e sociedade.

10

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### I - DOCUMENTAIS

APEPI. Poder Executivo. *Falas, Mensagens e Relatórios dos Presidentes de Província*. Relatório do Presidente de Província, Manoel José de Menezes Prado, passando a administração da Província a Antonio Janssem de Mattos Pereira, em 07 de setembro de 1886. [caixa6-envelope76-duplicada]

\_\_\_\_\_. Poder Executivo. *Falas, Mensagens e Relatórios dos Presidentes da Província*. Relatório do presidente da Província, Ernesto José Baptista, passou a administração da Província a Manoel Antonio Duarte d’Azevedo, em 13 de julho de 1860. [caixa2-envelope18]

## II- BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí: perspectivas do século XVIII*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.

CHAVES, Monsenhor Chaves, *Cadernos Históricos*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

FALCI, Miridan Britto Knox. *Escravos do Sertão: demografia, trabalho e relações sociais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

\_\_\_\_\_. *A criança na Província do Piauí*. Teresina. São Paulo: Academia Piauiense de Letras, CEDHAL-USP. 1991.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1980.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

LIMA, Solimar Oliveria. *Braço Forte: trabalho escravo nas fazendas da Nação do Piauí-(1822-1871)*. Passo Fundo: UPF, 2005.

\_\_\_\_\_. *A morada da solidão: família escrava nas fazendas publicas de pastoreio no Piauí(1711-1871)*. In: CASTELO BRANCO, E. A.; DO NASCIMENTO, F. A.; PINHEIRO, A.P. (Org.). *História: cultura, sociedade, cidade*. Recife: Bagaço, 2005.p. 123-135.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOTT, Luiz R. B. *Piauí Colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

NUNES, Odilon: *Pesquisas para a história do Piauí*. v.4. 2ªed. Teresina: FUNADEPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007.

SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedr Phil Von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.